



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Desembargador Ronaldo Medeiros de Souza

Discurso de posse 10/01/2011

Início minhas palavras destacando a sabedoria de William Blake (1789) que disse: *“Se agarrares o momento antes que ele esteja maduro, as lágrimas do arrependimento tu decerto colherás, mas, se o momento certo alguma vez deixares escapar, as lágrimas do pesar tu jamais apagarás.”* (“Tem fairy”. In Tem complete poems, 1977, p.153)

Sinto a gravidade e a grandeza do momento. Sua importância e significado não se exaurem na honraria que me conferiram os meus pares, ao me elegerem para comandar o nosso Tribunal Regional do Trabalho da 21ª. Região pelo biênio de 2011/2013. Crente dos desígnios de Deus, o grande arquiteto dos destinos, entrego-me ao encargo com a certeza de ser o justo momento; empreenderei os esforços necessários para atingir o colimado fim de comandar com harmonia e serenidade nossa Corte pelo biênio que ora se inicia.

Minha íntima relação com a Justiça do Trabalho já data de cerca de 30 anos. Ingressei como funcionário no cargo de atendente judiciário no ano de 1981, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª. Região, permanecendo até 1989, quando prestei concurso público para Juiz junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª. Região – Bahia, época saudosa, desenvolvendo a função de Juiz Substituto por menos de um ano. Mediante novo concurso passei a integrar o quadro de magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, época em que o Rio Grande do Norte integrava àquela jurisdição.

A partir de então, desde a primeira designação desenvolvi minha atividade nas Juntas de Conciliação e Julgamento do Rio Grande do Norte. Na verdade nunca cheguei a trabalhar na jurisdição da Paraíba.

Naquela época, respondendo a uma provocação lançada por minha cunhada Ana Maria que dizia ser fácil vencer profissionalmente em outro Estado, quando o difícil seria conseguir trabalhar no Estado Natal, me senti imprimido a prestar novo concurso para magistrado perante o Tribunal da sexta Região, em 1992, obtendo aprovação. Mesmo

com o sucesso no concurso, surgindo assim um ultimo momento de escolha - optei pelo Rio Grande do Norte.

Abracei o Rio Grande do Norte por inquestionável opção, Inspirado pelo afago deste Estado acolhedor e das pessoas com quem desenvolvi minha atividade pelos vinte anos que já se passaram, foram estes os fatores determinantes da minha escolha.

É confiante neste mesmo acolhimento que assumo este compromisso, certo da cooperação de todos que compõem nosso Regional – Desembargadores, Juízes e Servidores – nos órgãos associativos do Estado, na Ordem dos Advogados do Brasil seccional do Rio Grande do Norte e nas entidades sindicais para que, juntos, façamos o melhor para o jurisdicionado trabalhista do Rio Grande do Norte.

Sei que poderei contar com a vigilante e competente ajuda do meu Vice-Presidente, Desembargador José Rego Júnior, com quem compartilharei as inquietações e difíceis decisões, próprias do ato de administrar. Contarei com os seus sóbrios conselhos.

Administrar uma unidade judiciária, nos dias atuais, se coloca essencialmente como um ato de equilíbrio e sobriedade. O âmbito de ação do atual administrador público mostra-se restrito, atrelado a um planejamento plurianual pré-fixado e diretrizes postas pelos Conselhos Superiores –CNJ e CSJT, de modo que no cumprimento das metas previstas, caberá apenas distinguir o nível de valorização entre elas, ainda que com o objetivo de cumprir a todas.

Neste enfoque, direcionarei a administração à valorização da magistratura e do corpo funcional, olhando as pessoas, ouvindo as pessoas, dando as condições e reconhecimento necessários para cumprimento dos objetivos almejados, sem causar ameaça à condição humana de trabalho; evitando que se confunda o individuo com apenas um elemento de uma engrenagem – uma simples peça.

Nosso Regional coloca-se, no contexto nacional, com um dos mais atuantes, demonstrando uma produtividade excelente, contudo, tal vitória tem seu alto preço - a sobrecarga a que todos se viram submetidos para atingir as metas alcançadas. As condições de trabalho e o seu aperfeiçoamento, em conceito amplo, devem e vão ser o mais prestigiado objetivo na administração que se inicia; o ato de ouvir será exaltado, exercitado em patamar preferencial dado ao seu valor, tão bem analisado por James C. Hunter, em sua obra – O Monge e o Executivo, quando escreveu:

“Há quatro maneiras essenciais de nos comunicarmos com os outros – ler, escrever, falar e ouvir”, ressaltando ouvir como *“ver as coisas como quem fala as vê e sentir as coisas como quem fala as sente”*.

E nesse sentido, *“ouvir o inaudível é ter a disciplina necessária para tornar um grande administrador. Apenas quando aprende a ouvir o coração das pessoas, os próprios sentimentos mudos, os medos não confessados e as queixas silenciosas e reprimidas, um administrador pode inspirar confiança em seus comandados, entender o que está errado e atender às reais necessidades dos liderados. A morte de um reino começa quando os líderes ouvem apenas as palavras pronunciadas pela boca, sem mergulhar a fundo na alma das pessoas para ouvi seus sentimentos, seus desejos e suas opiniões reais”*.

É com esses ensinamentos que pretendo direcionar a administração, ainda mais em um momento de transição tão difícil, imposto pela implantação da Resolução 63 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho que, visando uma valorização da estrutura do corpo funcional efetivo, causou o revés de termos que abrir mão de cooperadores deste Tribunal que, na condição de requisitados, prestaram valorosa contribuição por longos anos, muitos deles auxiliando-nos desde a criação do nosso Tribunal.

Colocado o meu compromisso, resta-me admitir a vaidade impar de estar conquistando o ponto máximo da carreira de qualquer magistrado, o de comandar o órgão ao qual integra. E confesso a vaidade posto que o reconhecimento de sua existência impede o desequilíbrio do seu exercício; como disse Nietzsche (1886) *“Aquele que nega possuir vaidade normalmente a possui de forma tão brutal que instintivamente ele fecha os olhos diante dela pra não se ver obrigado a desprezar a si mesmo.”* (human, all tõe human. Cambridge,1986 p.241)

Possuo a vaidade de hoje galgar o Cargo de Presidente do Tribunal do Trabalho da 21ª Região, a proclamo e sei que não é só minha. Muitos que me amam, compartilharam e cooperaram de alguma forma nas minhas conquistas, também neste momento sentem o mesmo júbilo.

Agradecendo a Deus a conquista e o encargo que ora recebo, lembro a figura do meu pai, Reginaldo Medeiros de Souza, a grande inspiração para o caminho que segui na Magistratura Trabalhista. Foi no cotidiano da minha infância, de meados da década de 60 ao final da década de 70, quando cotidianamente o via debruçado sobre processos trabalhistas, no exercício da magistratura classista junto ao Tribunal Regional do

Trabalho da 6ª. Região, que se deu meu despertar. A ele, primeiramente, e a minha mãe, Ceci Martins de Souza, dedico esta conquista.

Dedico igualmente:

À minha esposa Nadja Maria, companheira e testemunha da minha vida desde a juventude, a quem agradeço pela paciência e compreensão por tantas vezes que me fiz ausente de sua companhia para exercer meu ofício.

Aos meus filhos Carlos Antônio, Romena e Reginaldo Neto, aos meus queridos netos Guilherme e Gabriel, presentes de Deus e estímulos para a continuidade das lutas.

Aos meus irmãos Ceci-Regi, Rose-Meri, Rosângela e Reginaldo Roberto, companheiros desde a infância.

As minhas noras Juliana e Manuela, meu futuro genro Gley, sobrinhos, cunhados, cunhadas e amigos que acompanharam a minha trajetória.

Honra-me muito compor este Regional, e o homenageio-o, em toda a sua composição de Magistrados e funcionários, lembrando a pessoa do saudoso Desembargador Francisco das Chagas Pereira, por quem sempre nutri profunda admiração como homem público, grande magistrado e no meu conceito, ícone representativo desta Corte.

E novamente invocando a profundidade de Nietzsche digo: *“O autor tem direito ao prefácio; mas ao leitor pertence o posfácio.”* (Humano, demasiado humano, citado no posfácio do tradutor de Human, all tõe human. 1995 p.361)

Os compromissos hoje lançados são o prefácio do que será escrito neste biênio que se inicia na minha história administrativa no nosso Tribunal Regional; a vocês, a quem agradeço a honrosa presença, caberá o posfácio.

Por fim, na profusão de sentimentos deste momento, emoções e temor semelhante ao de um maestro ao erguer sua batuta diante de sua sinfônica, busco o silêncio da minha alma e escuto: os meus ancestrais a proclamar vitória, vitória; o meu eu mais profundo a afirmar: sonho realizado, de quem sempre tentou abraçar o ofício como sacerdócio; a minha consciência a ditar: encargo concedido por dádiva divina. Obstáculos virão, sei, e serão enfrentados e suplantados, não apenas com os meus esforços, mas de todos aqueles que me amam. Sonho e sonharei sempre, e à aquele que sonha não será negada a conquista. Creio em Deus. Agradeço a DEUS.

Obrigado.